

O Conflito Fronteiriço entre Guiana e Venezuela: uma investigação do poder dissuasório brasileiro no continente sul-americano¹

Mateus Bertolini de Souza²

Resumo:

A segurança internacional é uma das temáticas centrais das Relações Internacionais, sendo a dissuasão uma das ferramentas estatais em meio a conflitos. No contexto sul-americano, tradicionalmente marcado por estabilidade e soluções diplomáticas, a recente escalada da disputa territorial entre Guiana e Venezuela em torno da região de Essequibo coloca em pauta a capacidade brasileira em influenciar a resolução do conflito. Historicamente, o Brasil exerce um papel de mediador, priorizando a diplomacia e o respaldo ao Direito Internacional. Contudo, a disputa, especialmente após a oficialização da anexação do território por parte da Venezuela, evidencia os desafios da diplomacia brasileira e as limitações de sua influência estratégica na região. O presente artigo faz uso de uma abordagem qualitativa, baseada na escola Neorrealista, além de utilizar da Teoria da Dissuasão Racional e da Tese da Segurança Híbrida da América Larina; partindo de uma análise geopolítica para investigar se o Brasil exerce um papel dissuasório na crise, e buscando entender quais as implicações desse cenário para o equilíbrio de poder na América do Sul. Nesse sentido, faz-se um exame da dinâmica de segurança regional, do histórico da disputa, das motivações para o conflito, além do impacto de outros atores internacionais na crise. A análise final sugere uma perda relativa da influência regional do Estado brasileiro, uma limitada capacidade dissuasória e os efeitos negativos trazidos para a paz regional na América do Sul.

Palavras-chave: Neorrealismo; Essequibo; Dissuasão Racional; América do Sul; Hibridismo latino-americano.

Abstract:

International security is one of the central themes in International Relations, with deterrence being an inherent tool in state behavior amid conflicts. In the South American context—traditionally marked by stability and diplomatic solutions—the recent escalation of

¹Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes.

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

the territorial dispute between Guyana and Venezuela over the Essequibo region raises questions about Brazil's ability to influence conflict resolution. Historically, Brazil has played a mediating role, prioritizing diplomacy and support for International Law. However, the dispute, especially after Venezuela's official annexation of the territory, highlights the challenges of Brazilian diplomacy and the limitations of its strategic influence in the region. This article adopts a qualitative approach based on the neorealist school, as well as the Rational Deterrence Theory and the Latin American Hybrid Security Thesis. It draws on a geopolitical analysis to investigate whether Brazil plays a deterrent role in the crisis and seeks to understand the implications of this scenario for the balance of power in South America. Accordingly, the article examines the dynamics of regional security, the history of the dispute, the motivations for conflict, and the impact of other international actors. The final analysis suggests a relative decline in Brazil's regional influence, a limited deterrence capacity, and negative effects on regional peace in South America.

Keywords: Neorealism; Essequibo; Rational Deterrence; South America; Latin American Security Hybridism.

1. Introdução

Uma das principais temáticas trabalhadas no campo das Relações Internacionais (RI) é a Segurança e, mais precisamente, a causa das guerras entre Estados. Isso foi o que deu origem a grande parte do arcabouço teórico de Política Internacional, principalmente durante o século XX. Nesse contexto, as noções teóricas realistas apresentam um traço comportamental para os Estados, os quais tomam suas ações como definidas em termos de poder; isto é, partem de uma visão racional relacionada a ganhos e perdas materiais no sistema para definirem seus atos, sejam eles os de ocupar outro território, ou de abrir mão de parte do seu (Morgenthau, 2003).

Nesse sentido, partindo de tal visão de mundo, a ideia de dissuasão entra em pauta nas RI como mecanismo estratégico de um Estado para influenciar a tomada de decisão de outros atores, desencorajando certas ações ao criar barreiras ou custos que tornem sua execução indesejável ou inviável. Existem diferentes formas de tal instrumento ser utilizado, podendo ser uma estratégia de negação — quando se tenta impedir o sucesso de uma ação adversária —, como também de punição — por meio da ameaça de retaliação severa, aumentando o custo da ação adversária (Saint-Pierre; Vitelli, 2018). Entretanto, um dos principais trabalhos

de estudiosos de Segurança é justamente definir casos e padrões em que tal método se mostrou eficaz ao impedir crises e conflitos no mundo.

Considerando tal abordagem e, portanto, uma pauta mais específica de Segurança Internacional, a América do Sul não teve tanto destaque nessa agenda temática quando comparada à Europa e ao Oriente Médio. Isso se deve ao fato de a região possuir um histórico de estabilidade, caracterizado pela resolução pacífica e diplomática de conflitos, muitas vezes mediada pelo Estado brasileiro. A atuação diplomática do Brasil segue um padrão contínuo, refletindo comportamentos recorrentes ao longo de sua trajetória histórica e política. Entre esses padrões, destacam-se a não-intervenção, a autodeterminação dos povos, o multilateralismo normativo, o estabelecimento de parcerias estratégicas, uma postura externa cooperativa, a cordialidade e a busca por proximidade no trato com outros Estados, além do esforço constante para ampliar sua inserção internacional (Pinto, 2009).

Esse compromisso com a diplomacia e a estabilidade regional se manifestou em diversas ocasiões. Um exemplo marcante foi a mediação do Brasil no conflito entre Peru e Equador nos anos 1990, quando o país desempenhou um papel fundamental na negociação de um acordo de paz (Poletto, 2021). Da mesma forma, o Brasil teve um papel de liderança na criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008, articulando esforços para consolidar um bloco voltado à cooperação e segurança regional. Essa iniciativa reforçou os mecanismos institucionais sul-americanos e reafirmou o Brasil como um ator-chave na promoção do diálogo e da integração continental (Ribeiro, 2011).

Entretanto, apesar desse histórico, no ano de 2023, um antigo conflito territorial entre Guiana e Venezuela aflorou uma mudança importante de perspectiva para a região. Isso porque a ameaça da anexação de cerca de 70% do território guianês pelo lado venezuelano traz à tona não só um problema de Segurança para a América do Sul, como também uma preocupação frente a efetividade da mediação diplomática do Brasil (BBC, 2024). Nesse sentido, o presente trabalho tem como tema a participação brasileira na crise de segurança representada pelas tensões entre Guiana e Venezuela até janeiro de 2025.

Essa disputa histórica tem origem anterior ao processo de independência da Guiana, quando ainda era uma colônia britânica; mas ganhou contornos de uma tensão a partir de 2015, com a descoberta de jazidas de petróleo na região de Essequibo, fator que promoveu um aumento das reivindicações do Estado venezuelano pelo território (BBC, 2024). Apesar das disputas nunca configurarem um cenário de uso da força antes, um referendo feito na Venezuela trouxe uma possível ameaça de anexação da região de Essequibo. Tais

acontecimentos apontam para um padrão histórico de disputas estatais, baseadas nas noções de soberania e território, os quais são responsáveis por conflitos armados ao longo do tempo.

Imagem 1: Arte colorida sobre o Mapa da disputa entre Venezuela e Guiana



Fonte: Metrópoles, 2023

O interesse político e econômico da Venezuela pela região de Essequibo se enquadra dentro de termos realistas, em que os Estados medem o curso de suas ações a partir dos ganhos relativos que podem obter. Ao mesmo tempo, esse comportamento fere diretamente a soberania do Estado guianês, assim como a estrutura de estabilidade presente no continente sul-americano, tornando-o um problema de Segurança para a região. Isso fica ainda mais explícito quando a proposta de mediação do conflito feita pelo Brasil não é bem sucedida, visto que, em abril de 2024, o presidente venezuelano Nicolás Maduro promulgou uma lei que oficializa a anexação de Essequibo como parte do território da Venezuela, colocando em xeque a capacidade da diplomacia brasileira para a resolução desse caso e abrindo espaço para outras alternativas de intervenção do país (BBC, 2024).

Essa sequência de acontecimentos ilustra com clareza a persistência de uma dinâmica de poder, invocada pela Venezuela, que não apenas aponta para noções de agressão e defesa, como também abre caminhos para o processo de dissuasão no jogo anárquico internacional. Nesse contexto, a dissuasão tem relação direta com a capacidade de um Estado de mudar a ação de outros, fornecendo-lhes motivações o suficiente para isso, sejam elas positivas (ganhos) ou negativas (perdas). Dessa forma, partindo de teorias realistas do campo de Relações Internacionais que contornam essa crise de segurança dentro do sistema sul-americano, a grande questão é: qual é o papel do Brasil na resolução do conflito entre Guiana e Venezuela?

Este artigo, portanto, investiga o papel histórico brasileiro como mediador de conflitos do Cone Sul, seguindo diretrizes institucionais muito fortes. No entanto, segundo Villa (2017), a região sul-americana traz em seu aspecto constitutivo um caráter híbrido, que soma a tentativa da criação de uma comunidade de segurança com uma distribuição desigual de poder entre os países; fator que abre espaço para a dissuasão entre os Estados na conquista de seus objetivos nacionais. Entretanto, esse hibridismo sofre variações com o tempo, e a partir de 2013, o Brasil passou a perder força relativa no continente, especialmente perante ao seu poderio militar (Mendes; Rezende, 2020).

Dessa forma, a hipótese desse trabalho é que, embora o Brasil historicamente tenha desempenhado um papel de mediador na segurança regional, a crise entre Guiana e Venezuela expõe os limites de sua influência contemporânea. O país mantém seu compromisso com a estabilidade do Cone Sul, mas sua capacidade de dissuasão militar e influência diplomática encontram-se reduzidas, tanto por fatores internos, quanto pela dinâmica multipolar em transformação na América do Sul. Assim, sua atuação se concentra majoritariamente em iniciativas diplomáticas e no respaldo ao Direito Internacional, enquanto a dissuasão militar direta ocorre de maneira limitada e não determinante para impedir um eventual conflito (Villa, 2017).

A temática utilizada neste trabalho justifica-se por tratar de um tema atual, o qual explana um comportamento de atores que já é estudado há muito tempo no campo das RI. Assim, a compreensão da Crise de Essequibo torna-se relevante não apenas por se tratar de um fenômeno recorrente no Sistema Internacional, mas também, por se enquadrar em uma agenda de segurança sul-americana; algo pouco explorado por estudiosos da política internacional. Sua importância aparece em um viés acadêmico, para a compreensão das dinâmicas de poder entre os Estados do continente, e também sob um ponto de vista prático, visto que analisa um conflito que, até o ano de 2025, ainda não chegou a uma solução efetiva.

Sendo assim, o objetivo geral deste artigo científico é analisar se o Brasil exerce uma influência dissuasória no cenário de conflito entre Guiana e Venezuela e qual o significado dessas ações para o equilíbrio de poder na América do Sul. A pesquisa utiliza uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica e na análise do cenário geopolítico. O conflito entre Guiana e Venezuela será empregado como estudo de caso para avaliar a atuação do Brasil na segurança regional. Para isso, a pesquisa se baseia no Neorealismo, especialmente nas discussões sobre Balança de Poder e Dissuasão, além da tese do Hibridismo da Segurança Latino-Americana proposta por Rafael Villa (2017), a qual tem

como hipótese a sobreposição de elementos construtivistas (Comunidade de Segurança) e realistas (Balança de Poder) no contexto regional.

Este estudo será estruturado em quatro principais partes além desta introdução. A primeira parte examina a dinâmica da segurança no Cone Sul, com base em uma revisão bibliográfica de teóricos do Realismo e Neorealismo, a fim de compreender os pressupostos que moldam as ações dos Estados no sistema internacional e os mecanismos de dissuasão nesse contexto. Além disso, será introduzida a tese do Hibridismo latino-americano, discutindo seus desafios teóricos e sua aplicabilidade à América do Sul. A segunda parte terá como objeto o histórico do conflito e as próprias motivações venezuelanas para embarcar em um conflito armado por Essequibo. Isso tem como objetivo compreender o grau de interesse do país e se realmente há incentivos suficientes para que isso ocorra.

Já a terceira parte tem como foco o Brasil e objetiva analisar quão forte é sua influência para que o conflito não ocorra. Sendo assim, será explorado o papel do Brasil na construção da paz regional, os esforços já tomados em relação ao conflito e também sua capacidade de dissuasão militar para com a Venezuela. Por fim, a última parte explora a participação de atores extrarregionais e sua influência, tais como Inglaterra, Estados Unidos, Rússia e China, além de outros vizinhos sul-americanos. Dessa maneira, ao passar por toda essa análise, será possível compreender se o Brasil possui capacidade dissuasória para impedir o avanço desse conflito, ou se seu papel seria meramente agir através de mecanismos diplomáticos, buscando um consenso.

2. A dinâmica de Segurança na América do Sul

2.1. Fundações teóricas do realismo

Considerando um cenário de conflitos armados entre nações, além das disputas territoriais, é inevitável recorrer às noções teóricas de Relações Internacionais desenvolvidas pelo Realismo Clássico e pelo Neorealismo. Ambas as abordagens oferecem marcos teóricos essenciais para compreender a causalidade dos conflitos e os interesses materiais envolvidos. Três autores dessa tradição são fundamentais para discutir o comportamento estatal e as dinâmicas do sistema internacional: Hans Morgenthau (2003), Kenneth Waltz (1979) e John Mearsheimer (2001).

Morgenthau (2003) estabeleceu as bases do Realismo Clássico, posicionando o Estado como o principal ator das relações internacionais e destacando a busca pelo poder como elemento central de sua atuação. Segundo ele, os Estados agem de forma racional e

estratégica, buscando sempre maximizar sua influência, ainda que os objetivos específicos possam variar de acordo com o contexto político e cultural. A perspectiva de Morgenthau se baseia na concepção hobbesiana da natureza humana como inherentemente conflituosa, o que implica que as relações internacionais são moldadas por interesses materiais e pela busca de segurança.

O Neorrealismo, por sua vez, reformula algumas dessas premissas, deslocando o foco da análise do comportamento individual dos Estados para a estrutura do Sistema Internacional. Waltz (1979) argumenta que a principal causa das guerras não reside na natureza humana nem nas características dos Estados, mas sim na anarquia do sistema internacional, onde não há uma autoridade central capaz de regular o comportamento dos atores. Nesse contexto, o uso da força se torna um mecanismo para a resolução de disputas, pois os Estados, ao buscarem garantir sua sobrevivência, adotam estratégias competitivas e de autopreservação. Nesse cenário emerge o chamado Dilema da Segurança, o qual define que, ao fortalecer suas capacidades defensivas para garantir sua segurança, um Estado pode gerar insegurança em outros, desencadeando uma escalada armamentista e aumentando o risco de conflitos (Saint-Pierre; Vitelli, 2018). Esse conceito é crucial para entender as tensões na América do Sul, onde o fortalecimento militar de um país pode gerar respostas estratégicas de seus vizinhos.

Uma diferença essencial entre Morgenthau (2001) e Waltz (1979) é a forma como enxergam o poder. Para Morgenthau, o poder é um fim em si mesmo; para Waltz (1979), ele é um meio para garantir a sobrevivência dos Estados. Além disso, Waltz introduz a ideia de que a estrutura do sistema internacional determina o comportamento dos Estados, estabelecendo padrões de interação baseados na distribuição de capacidades, como território, população, poder militar e econômico. Essa abordagem permite compreender por que algumas potências regionais exercem maior influência e moldam o equilíbrio de poder na América do Sul.

Mearsheimer (2001) amplia a abordagem Neorrealista ao desenvolver o Realismo Ofensivo. Diferentemente de Waltz, que argumenta que os Estados buscam poder apenas na medida necessária para garantir sua sobrevivência, Mearsheimer defende que os Estados, inseridos em um sistema anárquico, têm incentivos para maximizar continuamente seu poder, pois a única forma de garantir sua segurança a longo prazo é eliminar potenciais ameaças antes que estas se consolidem. Nesse sentido, ainda que não haja um conflito aberto, os Estados adotam posturas estrategicamente ofensivas para proteger seus interesses e manter o equilíbrio vigente. Essas ações — como demonstrações de poder, presença militar ou uso de discursos normativos — são comumente interpretadas como mecanismos dissuasórios.

O conceito de dissuasão é, portanto, uma ferramenta importante na lógica da competição interestatal. Segundo Huth (1999), dissuasão é um mecanismo político que visa impedir o curso de ação de outro ator por meio de uma ameaça estratégica. Em contextos regionais, como o sul-americano, onde diversos Estados competem por influência, a dissuasão pode funcionar como um instrumento para conter movimentos considerados ameaçadores e preservar o *status quo*. Em tal contexto, marcado por incertezas e disputas por influência, esse tipo de lógica se articula com as dinâmicas mais amplas do sistema internacional, conforme apontam as teorias Neorrealistas.

A teoria de Waltz (1979) sobre o sistema internacional, por exemplo, ressalta que, em configurações multipolares, a instabilidade é mais provável devido à dificuldade de prever o comportamento dos múltiplos atores e à volatilidade das alianças. Nesse cenário, percepções de ameaça são mais propensas a gerar reações preventivas. Mearsheimer (2001), por sua vez, argumenta que os Estados buscam maximizar seu poder relativo e, nesse processo, a balança de poder também se manifesta em nível regional. Assim, na América do Sul, a dissuasão e o equilíbrio regional de poder se entrelaçam como parte das estratégias dos Estados para lidar com a insegurança e limitar o avanço de possíveis ameaças.

Dessa forma, a compreensão da dinâmica de segurança entre Guiana e Venezuela exige uma análise que incorpore os pressupostos do Neorrealismo e do Realismo Ofensivo, atentando-se para o Dilema da Segurança, a estrutura anárquica do sistema e as estratégias de dissuasão como fatores determinantes para a escalada ou contenção do conflito. A disputa pelo território de Essequibo se insere em um ambiente regional marcado por desconfiança e competição, onde a busca por garantias de segurança por parte de um Estado pode ser percebida como ameaça por outro, reproduzindo a lógica estrutural prevista pelo Neorrealismo. Nesse contexto, a dissuasão adquire papel estratégico, como instrumento para evitar ações ofensivas que tentem maximizar o poder, sendo uma ação necessariamente conservadora, em prol da manutenção do *status quo*.

2.2. O Hibridismo latino-americano

A Balança de Poder³ não é a única abordagem utilizada para justificar o quadro de estabilidade existente nessa região e nem mesmo é a mais comum; a ideia de Comunidade de

³ A balança de poder é um conceito das Relações Internacionais que se refere à distribuição do poder entre Estados de forma a evitar que qualquer um deles adquira supremacia absoluta. O equilíbrio pode ser alcançado por meio de alianças, corrida armamentista ou estratégias diplomáticas. Segundo Morgenthau (2003, p. 167), "a balança de poder opera como um mecanismo regulador no sistema internacional, impedindo a dominação hegemônica de um único Estado".

Segurança também é utilizada por muitos autores para justificar a paz nas Américas, sendo um aspecto que contorna cooperação e instituições internacionais em nível regional. As evoluções institucionais e o Direito Internacional ganharam bastante peso ao longo do tempo e isso, somado a uma “ausência” de guerras no continente, faz com que tal perspectiva ganhe mais força. Contudo, Rafael Villa (2017) contribui com essa discussão afirmando que, na verdade, a segurança no continente sul-americano tem um caráter híbrido, que varia em determinados momentos, sendo ora gerida pelo equilíbrio de capacidades e pela dissuasão, ora pelo apelo ao Direito Internacional e pela cooperação entre Estados.

Villa (2017) argumenta que há uma sobreposição de variáveis que influenciam a segurança sul-americana, resultando em uma dinâmica híbrida. Em determinados momentos, há um esforço para consolidar uma Comunidade de Segurança, baseada na cooperação e esforços para defesa, enquanto, em outros, prevalece a lógica do equilíbrio de poder e da dissuasão. No entanto, a permanência do balanceamento de poder sugere que a Comunidade de Segurança não se consolidou plenamente na região. Ele faz uso de outro dois autores que trabalham diretamente com tal sobreposição: Adler e Barnett (1998). Eles são os principais autores utilizados em tal conceitualização e definem que Comunidades de Segurança são regiões compostas por Estados soberanos, os quais não irão se agredir mutuamente, resolvendo qualquer conflito através de mecanismos pacíficos e diplomáticos (Villa, 2017, *apud* Adler; Barnett, 1998).

Há uma forte crença de que essa seria a dinâmica predominante na América Latina, principalmente pela poderosa lógica de legalidade e multilateralismo dentro das interações estatais da região. Ao mesmo tempo, de forma desafiadora a essa perspectiva, está a ideia de que a América Latina é uma sociedade internacional primordialmente sustentada pelo mecanismo da Balança de Poder; isso porque muitos dos conflitos ainda existentes entre países regionais são sobre recursos e território (Villa, 2017).

Existem justificativas empíricas que comprovam a perspectiva de Rafael Villa (2017) relacionada a essas duas bases teóricas. Em primeiro lugar, desde os tempos da Guerra Fria, há uma construção de “medidas de confiança” que promovem a expectativa de paz para a região, como por exemplo, o compromisso do Brasil e Argentina com a criação de uma zona de não proliferação nuclear na América Latina, seguido da adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear. Isso caracteriza um padrão de auto-restrição que promove confiança para o continente e fortalece os termos de uma Comunidade de Segurança. Ademais, é clara a priorização da via diplomática para a resolução de conflitos no que tange América do Sul; especialmente entre países que sustentam antigas rivalidades, como o caso do Chile e

Argentina, mas também Argentina e Brasil, os quais reúnem esforços na priorização de vias diplomáticas, institucionalização de canais de comunicação e também cooperação técnica em diversas áreas temáticas, inclusive em missões de paz (Villa, 2017).

Em contrapartida, existem também justificativas para a existência do mecanismo da Balança de Poder nessa mesma região. A presença de conflitos não resolvidos do passado, como o próprio litígio entre Guiana e Venezuela, já é uma justificativa válida para que a lógica primária do Realismo seja colocada em prática. Segundo Taringa (2016), até 2016 existiam dez conflitos na América Latina ainda não resolvidos, sendo que sete deles envolvem países do sul: Argentina-Reino Unido; Bolívia-Brasil; Brasil-Uruguai; Bolívia-Chile; Colômbia-Venezuela; Colômbia-Costa Rica e, por fim, Guiana-Venezuela.

Além disso, a ocorrência de disputas militarizadas entre Estados promove um aumento do “medo” na região, o que gera o comportamento de preparação dos outros Estados para um cenário de conflito, justificado tanto pelo pressuposto da auto ajuda trabalhada por Waltz, quanto pelo Dilema da Segurança⁴. Por fim, há exemplos de contrapeso de países menores, por meio de alianças, contra países de potencial hegemônico, como o Brasil. Isso fica evidente, por exemplo, quando países menores se aliaram com a Argentina e questionaram o pedido brasileiro de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança (Villa, 2017).

Villa (2017) justifica que todos esses exemplos demonstram que não é possível reduzir a segurança na região em apenas uma das categorias mencionadas. Por isso, o processo de sobreposição é compreendido através de fatores que ilustram mecanismos de segurança complexos e ambíguos. Dentre esses fatores causais, pode-se mencionar o impacto da democratização; divisões entre grupos de interesse domésticos, mecanismos de resolução de conflitos fracos, ausência de guerras na América Latina, etc. A importância da defesa teórica de Rafael Villa para este artigo está justamente no fato de desmistificar a predominância de uma governança diplomática e institucionalizada no contexto de segurança sul-americano.

Como abordado, existem esforços coletivos para paz no continente; contudo, esses esforços ainda são construídos dentro de uma dinâmica de competição e, portanto, de uma lógica Realista. Compreender o sistema sul-americano como um sistema híbrido, permite também compreender o comportamento ambíguo dos Estados, que pode variar entre momentos de diplomacia e de dissuasão, fazendo com que haja espaço de análise para uma perspectiva Realista.

⁴ O dilema da segurança é um conceito das Relações Internacionais que descreve a dinâmica em que ações de um Estado para fortalecer sua segurança são interpretadas como ameaçadoras por outros Estados, levando a um ciclo de insegurança mútua e corrida armamentista (HERZ, 1950)

Mendes e Rezende (2020) também fazem uso do conceito de Hibridismo para compreender a forma com que se manifesta a cooperação para a defesa do continente. A análise parte de um contexto em que há um aumento significativo nos investimentos em defesa por parte de alguns países sul-americanos, como Chile, Colômbia e Venezuela; o que pode, de fato, ser a evidência de um dilema da segurança para a região. Além disso, a distribuição de capacidades entre os países e como se dá a polaridade no continente também são discutidas.

Essa análise mostra que a estrutura de poder na América do Sul já foi concentrada no Brasil, mas, após sucessivas crises internas, passou a apresentar uma multipolaridade desequilibrada. Isso conecta-se diretamente com o comportamento híbrido dos países, já que a conclusão é que em períodos de maior multipolaridade, assim como afirma Waltz (1979), há uma maior tendência à instabilidade e, portanto, menor tendência à cooperação para defesa. Com isso, é possível tirar conclusões sobre a posição brasileira em tal sistema, além de auxiliar na compreensão de seu papel perante a Crise de Essequibo (Mendes; Rezende, 2020).

2.3. Dissuasão Racional

Tendo sido desenhada a possibilidade de uma lógica Realista dentro do continente, entender o processo de dissuasão e suas variáveis se torna importante para essa temática, visto que tal instrumento já foi utilizado anteriormente como medida preventiva para conflitos. A princípio, é válido explorar os diferentes tipos de dissuasão utilizados nas relações internacionais. Segundo Paul Huth (1999), uma política dissuasória é definida como o uso de ameaças por uma parte, com o objetivo de convencer a outra parte a não dar início a uma ação.

Dessa maneira, a política de dissuasão pode ser classificada em quatro tipos: (1) dissuasão direta, que busca prevenir um ataque armado contra o próprio território; (2) dissuasão estendida, cujo objetivo é evitar um ataque contra um terceiro país; (3) dissuasão imediata, que ocorre diante de uma ameaça concreta e iminente; e (4) dissuasão generalizada, voltada à prevenção de possíveis conflitos futuros. No caso da atuação brasileira durante a Crise de Essequibo, trata-se de uma dissuasão imediata e estendida, pois envolve a tentativa de dissuadir uma ação específica — uma possível agressão da Venezuela — contra um país vizinho, a Guiana, em um contexto de tensão já instalado (Huth, 1999).

Segundo Huth (1999), uma política de dissuasão bem-sucedida não se limita à prevenção de guerras, mas também envolve a capacidade de um Estado em manter sua

posição política e estratégica sem ceder a exigências do oponente, mesmo sob ameaça de conflito. Ou seja, evitar a guerra às custas de concessões significativas não pode ser considerado um sucesso dissuasório. Nessa lógica, a dissuasão eficaz consiste em impedir que ameaças — ainda que não necessariamente materializadas em violência direta — se transformem em ganhos políticos para o agressor. Isso pode ocorrer por meio de ações militares controladas, presença estratégica em áreas sensíveis ou outras demonstrações de força. Tais estratégias refletem a dinâmica competitiva do sistema internacional anárquico, que, conforme o Neorealismo, leva os Estados a adotarem posturas defensivas e calculadas diante da insegurança persistente.

Thomas Schelling (1960) foi um importante precursor da Teoria da Dissuasão Racional, a qual é utilizada por muitos outros teóricos após isso. Em seu livro *The Strategy of Conflict*, Schelling faz uma aplicação da Teoria dos Jogos⁵ para compreender as dinâmicas dos conflitos; mais que isso, ele trabalha com os conceitos de dissuasão e coerção, mas também com a credibilidade dos atores dentro de cada estratégia. A Dissuasão Racional, como apontado, pressupõe um comportamento estratégico dos atores, no sentido de avaliarem ganhos e perdas em suas ações. Segundo Huth (1999):

Na tradição da escolha racional, os líderes estatais que consideram o uso da força militar compararam a utilidade esperada de usar a força com a de não desafiar o status quo militarmente, e escolhem a opção com maior utilidade esperada. Um possível agressor analisa os ganhos possíveis ao usar a força militar para mudar o status quo e avalia a probabilidade de usar a força com sucesso (Huth, 1999, p. 28, tradução nossa).

Tais ideias podem ser traduzidas na seguinte equação⁶:

$$R = B.p(B) - C.p(C)$$

Em que:

R = resultado do cálculo do adversário, ou valor esperado da ação;

B = valor do benefício que o adversário espera obter por tal ação;

p(B) = probabilidade de que a ação pretendida será bem-sucedida;

C = custos que o adversário pode sofrer caso decida agir;

p(C) = probabilidade de que a ameaça será cumprida e o adversário sofrerá os custos.

⁵ A Teoria dos Jogos é um ramo da matemática aplicada e da economia que estuda situações estratégicas em que o resultado das ações de um agente depende também das escolhas de outros agentes. É utilizada nas Relações Internacionais para analisar decisões entre Estados em contextos de conflito ou cooperação, considerando incentivos, estratégias e possíveis recompensas ou punições. Para uma introdução ao tema, ver: FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, cap. 1; DIXIT, Avinash; SKEATH, Susan. Games of Strategy. London: W. W. Norton & Company, 1999, Part I, cap. 1.

⁶ O modelo apresentado a seguir é uma adaptação do cálculo simples de custo-benefício, baseado em Pape (1996, p. 16), que o aplica ao estudo da coerção militar.

A partir disso, conclui-se que a dissuasão tem efeito apenas quando $R < 0$, isto é, quando o valor esperado da ação pretendida for negativo. Sendo assim, o mecanismo dissuasório surte efeito a partir de mudanças nas variáveis da equação: $p(B)$, C e $p(C)$. A dissuasão por negação, ou seja, com o objetivo de desencorajar o adversário, lhe negando o objeto desejado, ocorre com base no cálculo da probabilidade de sucesso (pB). Já a estratégia de punição, ocorre de acordo com os custos (C) do adversário. Além disso, é possível elencar ainda outros elementos que compõem variáveis do processo dissuasório, como o balanço de interesses, a reputação dos agentes, sua credibilidade, a balança geral de poder, etc (Mendes; Raposo, 2024, *apud*. Pape, 1996).

De modo geral, essa análise se aplica ao cenário de Essequibo. Isso porque o envolvimento brasileiro revela que, se há um processo dissuasório em curso, ele deve ser classificado como dissuasão estendida e imediata — uma vez que busca impedir uma agressão da Venezuela contra a Guiana (outro Estado), diante de uma ameaça concreta já em desenvolvimento. Essa política é movida pelo receio brasileiro em relação aos possíveis desdobramentos regionais do conflito, especialmente em suas fronteiras ao norte. A questão que se coloca, portanto, é se esse processo de dissuasão de fato existe e, em caso afirmativo, se o Brasil possui meios efetivos de influenciar o cálculo estratégico da Venezuela.

3. A Crise de Essequibo

Como apontado anteriormente, os primórdios dessa crise envolvem disputas ainda coloniais entre Venezuela e Inglaterra. Esse processo percorreu um longo histórico de tensões até chegar ao atual ponto; contudo, sempre teve suas resoluções trazidas na esfera do Direito Internacional. O conflito tem base desde 1834 com a demarcação da chamada Linha Schomburgk (mais tarde conhecida como linha Norte-Sul) — a qual adentrava mais de 140.000 km² em território venezuelano —, ela foi adotada pelo governo britânico, em 1840, para definir a fronteira de sua colônia. Isso fez com que a Venezuela independente iniciasse sua diplomacia com Londres em 1841, através de Alejo Fortique, diplomata venezuelano que traçou um comprometimento entre os dois Governos de eliminar tal delimitação e não ocupar o território em disputa (Montoya, 2013).

Entretanto, na posição de potência hegemônica do período, a Inglaterra tinha um respaldo militar e internacional para fazer uma expansão colonial, a qual se deu ao oeste do Rio Essequibo. A Venezuela, contudo, clamou pelo reconhecimento do Rio Essequibo como linha fronteiriça entre os dois territórios nas negociações de 1844. Posteriormente, em 1899, o

Laudo de Paris foi estabelecido a favor da Grã-Bretanha, algo que voltou a ser contestado pela Venezuela sessenta anos depois. Já em 1948, a Venezuela levou o caso ao Secretariado Geral das Nações Unidas, adquirindo, em 1963, o documento que alegava uma violação de Acordos Internacionais. Os argumentos eram que o tribunal arbitrário, formulador do Laudo de Paris, deveria ser composto por representantes neutros e das partes envolvidas, mas acabou sendo dominado por juristas americanos (Montoya, 2013).

Em 1966, foi firmado o Acordo de Genebra entre Venezuela, Reino Unido e a então independente República da Guiana. Em tal documento, há um reconhecimento da reclamação territorial venezuelana por parte das outras duas nações.

Neste acordo, é reconhecida a reivindicação venezuelana sobre a Guiana Essequiba; não se discute a autoridade do governo da Guiana sobre a área em disputa; são estabelecidas garantias para os direitos de soberania venezuelanos sobre a zona e a Venezuela reconhece como nulo o Laudo Arbitral de Paris de 1899 que definia os limites entre a Venezuela e a antiga Guiana Britânica, conforme expresso em seu Artigo I, mas isso não significa de forma alguma a invalidade da decisão de 1899 (Montoya, 2013, pág. 41, tradução nossa).

Nesse mesmo ano, a Venezuela reconheceu como território do Estado da Guiana o que se situa ao leste da margem direita do Rio Essequibo e reitera seu direito soberano sobre a margem esquerda do Rio. Em 1970, Venezuela e Guiana promovem o Protocolo de Puerto España que estendia por 12 anos os Artigos I e IV do Acordo de Genebra. Esse Tratado, entretanto, não foi renovado pela Venezuela em 1982. A controvérsia foi tratada novamente apenas em 2011 no Secretariado Geral das Nações Unidas, momento em que havia boas relações entre Caracas e Georgetown. Sendo assim, os Conselheiros das duas Nações reuniram-se e firmaram uma declaração conjunta que visava revisar assuntos de interesses mútuos no que tange o território, de maneira que, nesse momento, o compromisso com o Acordo de Genebra foi reafirmado por ambos os países (Montoya, 2013).

Assim, tanto a Venezuela quanto a Guiana demonstraram, em diferentes momentos, disposição para solucionar o conflito com base no Direito Internacional. Em 2011, ainda sob a presidência de Hugo Chávez, havia uma predisposição venezuelana em negociar uma saída pacífica para a disputa territorial. No entanto, a conjuntura mudou com a crise de 2013, a ascensão de Nicolás Maduro ao poder e, especialmente, com a descoberta de jazidas de petróleo na região contestada — fatores que contribuíram diretamente para a escalada das tensões em 2023, como será explorado a seguir (Montoya, 2013).

Com esse contexto histórico, chega-se ao ponto determinante de análise desse conflito e também da aplicação da Teoria da Dissuasão Racional na prática. Para isso, é preciso pensar em três momentos específicos — escalada das tensões; movimentos do Brasil e avaliação da

Venezuela — e compreender a relação de causa e efeito entre os atores estudados em cada um desses momentos, isto é, Brasil, Guiana e Venezuela. O primeiro momento a ser abordado é justamente a escalada das tensões entre 2023 e 2024. Isso envolve as motivações venezuelanas, seus atos práticos e qual foi a reação imediata dos outros atores no processo.

Pode-se compreender as motivações da Venezuela partindo de alguns fatores: o primeiro é histórico e envolve a evolução das disputas por mais de cem anos. O segundo fator é material, visto que a região de Essequibo, com uma área de mais de 160 mil km² é rica em recursos naturais; uma extensa capacidade de mineração; grande potencial agrícola; reservas de diamantes, ouro e bauxita e o mais importante: petróleo. Em 2015, a descoberta de jazidas de petróleo pela ExxonMobil — que segundo estimativas, podem ser equivalentes a 4 bilhões de barris — fez com que a região se tornasse o principal foco econômico e político do país (CNN Brasil, 2023). Contudo, o fator mais importante a ser considerado é o momento político da Venezuela, especialmente o Governo vigente. Isso porque, mesmo com o litígio existindo há mais de 100 anos, apenas em 2023 isso escalaria para um problema de segurança no continente.

Nicolás Maduro assumiu a presidência da Venezuela em 2013, após a morte de Hugo Chávez, e desde então tem governado o país. Em janeiro de 2025, Maduro iniciou seu terceiro mandato consecutivo, previsto para durar até 2031, após uma eleição marcada por alegações de fraude e contestação tanto pela oposição quanto pela comunidade internacional (The Guardian, 2025). Durante seus governos, a Venezuela enfrentou uma hiperinflação, a qual foi agravada por uma recessão econômica, resultando na escassez de bens essenciais e colapso dos serviços públicos. A crise humanitária levou à emigração de cerca de 7 milhões de venezuelanos até 2021 (Corazza; Mesquita, 2019).

No cenário internacional, a Venezuela enfrenta desde 2018 um isolamento, ocasionado por embargos econômicos norte-americanos. Desde então, Maduro tem mantido relações estreitas com países como Rússia, China e Irã, enquanto enfrenta sanções e isolamento por parte do Ocidente (Lafuente, 2017). A administração de Donald Trump, por exemplo, adotou uma postura firme contra o governo de Maduro, reconhecendo líderes oposicionistas como legítimos representantes do país e implementando sanções econômicas (EXAME, 2025). Dentro de tal contexto, em setembro de 2023, foi aprovada, no âmbito da Assembleia Nacional da Venezuela, a convocação de um referendo consultivo para votar sobre a questão da redefinição da fronteira venezuelana, passando a abranger a Guiana Essequiba, um território guianês (BBC, 2023b; Asamblea Nacional, 2023).

No mês seguinte, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) aprovou as cinco questões que constituíram o referendo, abordando temas como: a rejeição da Sentença Arbitral de Paris de 1899; a aceitação do Acordo de Genebra de 1966 como único instrumento válido para solucionar a controvérsia; o não reconhecimento da jurisdição da Corte Internacional de Justiça (CIJ) para resolução do conflito; oposição à reivindicação da Guiana sobre o território e proposição da criação do Estado da Guiana Essequiba, concedendo cidadania venezuelana para a população da região (Asamblea Nacional, 2023).

Diante da aprovação da realização do referendo, a Guiana solicitou proteção urgente à Corte Internacional de Justiça (CIJ), temendo uma possível tentativa de ocupação por parte da Venezuela. Além disso, o país aprovou uma resolução na Assembleia Nacional, classificando o referendo venezuelano como “provocativo, ilegal, inválido e sem efeito legal internacional” (Agência Brasil, 2023). Como resposta à ação venezuelana, foram organizadas mobilizações populares contrárias ao referendo, como dias de oração e uma “noite de reflexão patriótica”, realizados entre os dias 1º e 3 de dezembro de 2023. Essas manifestações reforçaram o entendimento, por parte dos guianenses, de que o povo a ser consultado sobre a soberania do território deveria ser o da Guiana — e não os cidadãos venezuelanos (BBC, 2023b).

Um ato mais contundente de Maduro em relação à região ocorreu em abril de 2024, quando ele promulgou uma lei chamada “Lei orgânica para defesa de Essequibo”, a qual cria uma região de ocupação venezuelana dentro do território reconhecido como parte da Guiana (O GLOBO, 2024). Todo esse movimento político se torna alvo de repressão e envolvimento de outros países dentro do conflito, mas revelam que, mais do que uma estratégia de Estado, isso, na verdade, foi também uma estratégia de Governo.

Com a chegada das eleições no ano de 2024, o presidente venezuelano se encontrava muito enfraquecido e com uma forte oposição. Nesse sentido, utilizar de um conflito histórico, no qual grande parte da população venezuelana ainda acredita que o território não deveria pertencer a Guiana, faz parte de uma tentativa de reeleição. Pensando em seu sentido prático, se essa estratégia foi de fato aplicada com tal premissa, pode-se dizer que obteve um resultado positivo — considerando que Nicolás Maduro reassumiu a presidência em 2025, ainda que sob a sombra de denúncias de possíveis fraudes eleitorais (Camargo, 2025)

Isso resume, de fato, a singularidade do momento de definitiva escalada das tensões na região. As declarações abertas de um líder político têm um grande impacto regional, especialmente tratando-se da anexação de outro território já pertencente a um país soberano. Essa, historicamente, é uma das causas primárias de guerras entre Estados. Entretanto, a grande questão é: a Venezuela tem capacidade, em termos de poder, de ultrapassar a linha de

suas motivações e ameaças? Isso depende do cálculo estratégico adotado e, portanto, da capacidade de reação de outros atores envolvidos.

4. O Contrapeso brasileiro: Diplomacia ou Dissuasão Militar?

É evidente que o primeiro ator a ser considerado nesse cálculo estratégico é a própria Guiana. No entanto, se fosse analisada como um agente isolado no conflito, é provável que a Venezuela já tivesse realizado uma anexação bem-sucedida. Isso se deve ao fato de que a Venezuela possui uma capacidade militar muito superior à da Guiana. Segundo dados do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), as Forças Armadas Nacionais Bolivarianas da Venezuela contam com aproximadamente 123 mil militares ativos, distribuídos entre o Exército (63 mil), a Marinha (25.550), a Força Aérea (11.550) e a Guarda Nacional (23 mil). Soma-se a isso uma força de milicianos estimada em 220 mil integrantes. Esse contingente representa um efetivo 36 vezes maior do que o das forças armadas ativas da Guiana (TEIXEIRA, 2024).

Além disso, em termos de equipamentos militares, a Venezuela dispõe de 173 tanques de combate principais, como os modelos AMX-30 e T-72B1, além de veículos blindados de reconhecimento, veículos de combate de infantaria e transportes blindados de pessoal. A força aérea venezuelana possui mais de 40 caças, incluindo modelos avançados de origem russa e chinesa, além de sistemas de defesa antiaérea. Segundo o professor Ronaldo Carmona, isso faz com que o país tenha uma das forças militares mais bem armadas do continente sul-americano (Viggiano; Cinzento, 2023).

Imagen 2: Venezuela tem arsenal militar superior ao da Guiana.



Fonte: PODER 360, 2023

Em contrapartida, a Guiana possui uma capacidade militar bastante limitada. O país conta com cerca de 3.400 militares na ativa, sendo 3.000 no Exército, 200 na Marinha e 200 na Força Aérea. Ademais, os equipamentos das Forças de Defesa da Guiana são compostos principalmente por plataformas usadas por diversos fornecedores estrangeiros. Sua força aérea não possui aeronaves de combate, e a marinha dispõe apenas de uma embarcação de patrulha offshore e alguns barcos de menor porte. No que diz respeito aos investimentos em defesa, o contraste entre os países é ainda mais evidente: a Venezuela, apesar de sua grave crise econômica, figura entre os países com maior gasto militar proporcional ao PIB, ocupando a 6^a posição mundial nesse quesito, enquanto a Guiana aparece apenas na 152^a colocação (Valor, 2023). Esse dado revela a importância estratégica atribuída pelas Forças Armadas venezuelanas no cálculo político de Maduro.

Entretanto, poder militar não é o fator mais importante a se considerar; especialmente em um subsistema regional em que países vizinhos estariam expostos ao dilema da segurança causado por essa situação. Mais que isso, o jogo ultrapassa as dinâmicas regionais e chega ao nome de outras potências: como Inglaterra, Estados Unidos e Rússia. Os Estados Unidos, por exemplo, intensificaram sua cooperação militar com a Guiana, realizando sobrevoos com caças no espaço aéreo do país e aumentando a assistência para aquisição de equipamentos como aeronaves, drones e radares (LPM News, 2024). A Rússia, aliada histórica da Venezuela, fornece apoio militar e político constante, incluindo acordos de cooperação em inteligência e envio de sistemas de defesa (SWISSINFO, 2022; DIÁLOGO, 2023). Já o Reino Unido, ex-potência colonial da Guiana, reafirmou seu apoio ao país em 2023, inclusive com o envio do navio de patrulha HMS Trent para o território guianense (AGÊNCIA BRASIL, 2023; UOL, 2023a).

De certa forma, a simples presença de atores extrarregionais já é o suficiente para alterar o cálculo estratégico da disputa, tornando inviável uma leitura puramente bilateral entre Guiana e Venezuela. A influência de tais potências, ainda que indireta, insere a questão em uma dinâmica mais ampla do sistema internacional, o que reforça a importância de atores regionais com capacidade de articulação e estabilidade. É nesse contexto que o Brasil se torna um ponto de inflexão na análise; não apenas pelas implicações diretas do conflito em sua segurança nacional, dada a proximidade geográfica, mas também pelo papel que desempenha na estrutura de segurança da América do Sul.

De fato, há uma preocupação nacional brasileira relacionada ao conflito, especificamente ao que diz respeito às suas consequências indiretas. Em primeiro lugar, a crise imigratória venezuelana — que já é uma realidade no território brasileiro — poderia se

agravar ainda mais com a deflagração de um confronto armado. Essa apreensão se intensifica ao considerarmos a região da fronteira Norte brasileira, que possui importância geoestratégica para o país. Isso porque a eclosão de um conflito poderia abrir espaço para interferências diretas de outras potências, como os Estados Unidos, incluindo a possibilidade de instalação de bases militares na região amazônica — algo indesejável do ponto de vista da segurança e da soberania nacional (BBC, 2023c). Além das ameaças à sua fronteira, a instabilidade regional também pode gerar uma crise econômica generalizada. Sendo assim, há uma clara preocupação brasileira em impedir a escalada desse conflito. A grande questão que se coloca, portanto, é: por quais mecanismos isso será feito?

As primeiras movimentações do Brasil em 2023, com o aumento das tensões, tiveram um forte viés diplomático. A chancelaria brasileira desaprovou totalmente a ameaça de envio de um navio de Guerra britânico para o litoral guianês, afirmando que “demonstrações militares de apoio a qualquer das partes devem ser evitadas, a fim de que o processo de diálogo [alcançado no início de dezembro de 2023] possa produzir resultados”(Correio Braziliense, 2023 c,*apud* Andrade, 2024).

Ademais, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) afirmou, no mesmo período, que a Venezuela não poderia tomar medidas para anexar a região de Essequibo. Isso deu contornos a uma possível atuação mediadora do Brasil, baseado em seu posicionamento de respeito às instituições internacionais desde o final dos Governos Militares no país. Nesse sentido, havia uma expectativa sobre o Brasil em relação a evitar um agravamento desse conflito no curto prazo, além de garantir que as partes se submetam a essas instituições internacionais (Terra, 2023)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ofereceu o Brasil como sede para as reuniões de mediação do conflito, em um esforço para garantir a paz na região. Também sugeriu a possível atuação da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos) como mediadora, imprimindo um viés integracionista à condução do processo entre os países da América Latina. Outra alternativa considerada, com o objetivo de reduzir as tensões, seria o acionamento de um fórum regional reunindo Guiana e Venezuela, a fim de promover um diálogo aberto. Em suma, são evidentes os esforços do governo brasileiro, por meio de sua projeção externa, para preservar a paz no Cone Sul — o que se torna ainda mais claro diante do apoio à Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz (BBC, 2023a).

Contudo, essas primeiras ações não surtiram efeitos perante os planos políticos de Maduro e sua necessidade de reeleição. Isso porque o presidente persistiu em um discurso de anexação, além de promulgar a “Lei orgânica para defesa de Essequibo”. Sendo assim,

mesmo não abrindo mão da via diplomática, o Brasil não pode ignorar a possibilidade do uso da força, já que a viabilidade do ataque venezuelano à Essequibo dependeria de sua passagem por território brasileiro. Segundo Paulo Roberto Filho, mestre em ciências militares, a fronteira imediata entre Guiana e Venezuela é majoritariamente composta por uma selva densa, o que impossibilitaria o avanço de veículos blindados e suprimentos. Entretanto, na fronteira com o estado de Roraima há uma vegetação predominante de campos gerais, o que tornaria propício o deslocamento das tropas combatentes (Agência O Globo, 2023).

Dessa maneira, retoma-se uma das perguntas norteadoras deste artigo: qual é, de fato, o poder de dissuasão brasileiro diante desse contexto? Para respondê-la, é necessário considerar tanto as motivações do Brasil para evitar o conflito quanto seu grau de influência regional — elementos diretamente ligados à sua posição na dinâmica de poder sul-americana. Como discutido anteriormente, segundo Waltz (1979), sistemas multipolares tendem a ser menos estáveis do que sistemas bipolares, justamente porque há um maior risco de conflito em função da competição entre múltiplos polos por poder ou, ao menos, pela preservação de seus respectivos status quo. No caso da América do Sul, como argumentam Mendes e Rezende (2020), não há potências globais consolidadas, sobretudo devido à baixa concentração relativa de recursos estratégicos na região. Ainda assim, Rezende (2014; 2015) propõe que é possível analisar a polaridade dentro do subcontinente sul-americano a partir de indicadores específicos, permitindo avaliar, inclusive, o papel potencial do Brasil enquanto polo regional e, por consequência, como agente dissuasor.

A conclusão de Rezende (2014; 2015) indica que, até meados de 2013, o Cone Sul vivia uma configuração unipolar de poder, com predominância brasileira. Essa posição de liderança regional se baseia em indicadores de capacidades materiais — principalmente no que diz respeito ao potencial econômico e militar do país. O Brasil, além de ser o maior em extensão territorial e em população na América do Sul — fatores fundamentais na definição do poder estatal —, também se destaca pela sua capacidade energética e pelo elevado Produto Interno Bruto. Esses elementos reforçam a distância entre o Brasil e os demais países da região no que tange ao poder relativo. A disparidade fica ainda mais evidente ao se observar os gastos militares e o índice Correlates of War (COW), nos quais o Brasil mantém a liderança em comparação com seus vizinhos sul-americanos (Mendes; Rezende, 2020).

Isso também pode ser explorado ao considerarmos o seu poder de fogo atual; de acordo com o ranking Global Firepower de 2022, o Brasil posiciona-se como a 10^a maior potência militar entre 142 países. Este levantamento considera diversos fatores, incluindo o efetivo militar, recursos financeiros e capacidades logísticas (Global Firepower, 2022). O que

mostra um número expressivo quando comparado aos números de Guiana e Venezuela. Além disso, o Brasil foi o país que mais aumentou seus gastos percentuais em defesa, o que evidencia ainda mais sua distância dos outros países da região em uma corrida armamentista.

Essa análise, por si só, nos leva a posicionar o Brasil como uma potência unipolar dentro de sua esfera de influência no continente. Contudo, Mendes e Rezende (2020) aprofundam a investigação desses dados e contrapõem essa leitura com base na perspectiva realista. Segundo Mearsheimer (2001), o “poder real” de um Estado é mensurado prioritariamente por seus recursos militares — incluindo forças terrestres, navais e aéreas. Embora elementos como economia e população sejam relevantes, é a capacidade militar efetiva que determina, de fato, o poder coercitivo e defensivo de um país. Esse conceito se diferencia do chamado “poder latente”, que envolve aspectos econômicos e industriais com potencial de conversão futura em força militar. É justamente essa distinção que altera a leitura inicial sobre a posição brasileira.

Dessa forma, ao analisar os efetivos e os meios operacionais disponíveis, os autores concluem que não há evidências de uma unipolaridade brasileira consolidada em nenhuma das Forças — especialmente na terrestre. Os dados indicam um movimento de transição: de uma liderança regional antes incontestável para uma configuração de multipolaridade desequilibrada. Isso sugere um sistema sul-americano mais instável, no qual o Brasil, embora apareça como o candidato mais evidente à hegemonia, não conseguiu se consolidar nessa posição. Tal fragilidade se acentua com a crise política e econômica iniciada em 2013, período em que o país passa a perder também parte significativa de sua influência regional. Em um cenário de multipolaridade desequilibrada, a ausência de uma hegemonia clara abre espaço para o surgimento de Estados contestadores e a intensificação de posturas revisionistas (Mendes; Rezende, 2020).

Segundo William Wohlforth (1999), a unipolaridade é caracterizada por um período pacífico e duradouro no sistema internacional, em que o Hegemon atua em favor da manutenção da ordem — ordem esta que, por sua vez, beneficia seus interesses e sustenta a estabilidade. Para o autor, a balança de poder, por si só, justifica essa estabilidade, já que, quanto maior a clareza sobre a distribuição de poder e sobre a disposição política dos atores, menores são os riscos de erros de cálculo. Nessa lógica, o Brasil, como um forte candidato à unipolaridade no sistema sul-americano, aparece, por vezes, como provedor de bens coletivos, especialmente no que tange à cooperação e à defesa regional. Essa atuação é observável em sua Política Externa, sobretudo com a criação da Unasul, em 2008, e do Conselho de Defesa

Sul-Americano (CDS), instrumentos que reforçam seu papel de liderança diplomática e pacífica no continente.

Ainda que o país tenha perdido parte de seu protagonismo regional e internacional com a crise econômica a partir de 2013, além da condução mais discreta de sua política externa nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro — especialmente no que se refere à atuação nas instituições mencionadas —, esse cenário parece ter mudado com o início do Governo Lula em 2023. A forma como o Brasil se posicionou diante da Crise de Essequibo é mostra um pouco dessa retomada, evidenciando um esforço para reafirmar sua postura histórica de mediador e defensor da estabilidade regional. A diplomacia brasileira volta, assim, a se alinhar com o papel que tradicionalmente assumiu nas Américas: o de articulador político e promotor da paz.

Esses dois aspectos do dinamismo brasileiro na América do Sul, que considera o fator “poder”, mas também o fator “diplomacia”, nos leva de volta ao que foi trazido por Rafael Villa (2017) em relação ao comportamento híbrido dos Estados latino-americanos, sendo o Brasil um aspecto concreto dessas relações. Mendes e Rezende (2020) perpassam por esse aspecto híbrido das relações interestatais, trazendo um elemento a mais: o dilema da segurança.

Motivados pelo medo de uma retomada da unipolaridade na região, os demais países, preocupando-se com a sua sobrevivência, nutrem um receio compreensível de uma consolidação do Brasil como polo regional, o que prejudicaria a autonomia soberana do resto dos países sul-americanos. Esta preocupação regional com o tamanho do Brasil sempre existiu, e esteve presente mesmo sob o período unipolar brasileiro, como visto nos (breves) anos de ouro da Unasul, com alguma resistência dos vizinhos a aceitar a liderança do Brasil fora da esfera regional (Mendes; Rezende; 2020, p.30 *apud* Malamud, 2011).

Esse aspecto condensa a conclusão alcançada pelos autores de que a América do Sul reproduz as expectativas do dilema da segurança, mas também do hibridismo, com aspectos políticos que pendem ora para a tentativa de criação de uma comunidade de segurança, ora para a máxima do equilíbrio de poder. Isso é enfatizado pelo fato de que, no momento em que a Balança de Poder era favorável para o Brasil, havia esforços institucionais que levavam os países a maior cooperação no âmbito da segurança, ao mesmo tempo que, com o desequilíbrio dessa balança, há uma desestruturação dessas instituições, aumentando a instabilidade e, portanto, as disputas regionais.

Isso tem muito a contribuir com o terceiro momento da Crise de Essequibo e é bastante relevante para compreender o complexo de causa e efeito dentro desse sistema regional. Isso porque, mesmo com a tratativa inicial brasileira baseada na resolução pacífica

de conflitos, o país não deixou de apresentar também movimentações que indicam o uso da força, incluindo o aumento de sua presença militar na fronteira com a Venezuela.

Em dezembro de 2023, o Exército Brasileiro mobilizou 20 veículos blindados Iveco LMV para o recém-ativado 18º Regimento de Cavalaria Mecanizado, sediado em Boa Vista, Roraima, com previsão de chegada no início de janeiro. Essa unidade foi criada a partir do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado em 29 de novembro, antecipando sua ativação inicialmente planejada para 2026. O regimento recebeu um reforço de 600 soldados e uma força blindada composta por 28 veículos (Guimarães; Scatolini, 2023). Além disso, em janeiro de 2025, o Brasil iniciou a "Operação Atlas", um exercício militar que mobilizou cerca de 8 mil militares e uma vasta frota de veículos, incluindo blindados, na fronteira com a Venezuela (Guimarães; Scatolini, 2023).

Todo esse panorama político e militar sintetiza aspectos fundamentais para o cálculo estratégico e para a capacidade de dissuasão do Brasil, especialmente no que diz respeito ao exercício militar brasileiro. Ao considerarmos a equação $R = B.p(B) - C.p(C)$, juntamente com os elementos previamente discutidos, é possível analisar com mais precisão os custos potenciais para a Venezuela ao iniciar uma guerra. A primeira forma de dissuasão, denominada “negação”, consiste na redução de $p(B)$ — ou seja, da probabilidade de sucesso da ofensiva adversária. Essa estratégia pode ser observada nos exercícios militares brasileiros realizados na fronteira de risco, os quais visam “negar” ou dificultar a passagem das forças venezuelanas. Ao mesmo tempo, esses movimentos militares também operam no aumento de $p(C)$, uma vez que a presença brasileira na região sinaliza que uma ofensiva venezuelana pode desencadear uma escalada regional.

A segunda estratégia de dissuasão se dá pelo aumento dos custos (C) para o agressor. Ainda que os exercícios militares brasileiros contribuam nesse sentido, há uma força dissuasória ainda mais expressiva: a presença dos Estados Unidos e do Reino Unido como aliados diretos da Guiana. Essa aliança amplia significativamente os custos de uma eventual invasão — não apenas do ponto de vista militar, mas também sob a ótica da pressão internacional. Esse fator já se manifesta, por exemplo, em uma declaração recente do G7, que condenou categoricamente a tentativa de anexação de Essequibo pela Venezuela (Luckeze, 2023).

Portanto, para que a estratégia de dissuasão seja eficaz, é necessário que $C.p(C)$ seja maior que $B.p(B)$. Nesse cenário, as ações brasileiras contribuem para esse equilíbrio por meio de três frentes: (1) demonstrar presença militar ativa na região, aumentando os custos de uma ofensiva venezuelana; (2) atuar diplomaticamente para evitar que a crise evolua para um

confronto direto; e (3) sinalizar que, mesmo sem uma intervenção armada direta, o Brasil pode apoiar a Guiana e enfraquecer a Venezuela econômica e politicamente. Este último ponto, inclusive, insere o Brasil em uma rede mais ampla de potências internacionais envolvidas no conflito — o que será aprofundado na próxima seção.

5. Outros atores envolvidos

Mesmo analisando a Crise dentro de um âmbito regional e com a delimitação de três atores principais; é impossível deixar de lado outros países com envolvimento nesse conflito, especialmente países considerados potências mundiais. O primeiro país a se envolver e que merece destaque nessa análise é o Reino Unido, o qual como desenvolvido no artigo, tem uma relação direta e histórica com a disputa na região, além de ter a Guiana, sua ex-colônia, como um grande aliado nas Américas. Essa potência deu um passo em direção ao processo de dissuasão logo em 2023, ao enviar o navio de guerra HMS Trent para a Guiana, em um gesto de apoio diplomático e militar (BBC, 2023c).

O navio, originalmente designado para operações contra o tráfico de drogas no Caribe, teve sua missão ajustada diante das ameaças da Venezuela de anexar Essequibo. Esse movimento britânico reforçou a posição da Guiana, um país historicamente ligado ao Reino Unido, e demonstrou o interesse de potências ocidentais na estabilidade da região. A presença do HMS Trent serviu como um elemento de contenção estratégica, sinalizando que uma eventual ação militar venezuelana poderia acarretar em consequências mais amplas, envolvendo atores externos na crise. Como já abordado, essa ação foi criticada pelo Brasil, o qual mantinha uma posição de neutralidade no conflito, pedindo para que não houvesse apoio militar a nenhum dos lados da disputa (BBC, 2023c).

Assim, com a evidente participação inglesa no litígio, é importante também entender o posicionamento dos vizinhos sul-americanos, os quais são colocados em alerta por essa possível anexação de território, tendo em vista os sinais de ameaça e também a presença de um dilema da segurança no cone sul. De maneira geral, os países tem se posicionado de forma diplomática, em alinhamento com a posição brasileira, visto que, em dezembro de 2023, oito nações sul-americanas emitiram um comunicado conjunto instando Venezuela e Guiana a buscarem uma "solução pacífica" para a disputa, enfatizando a importância do diálogo e da diplomacia para resolver a questão (UOL Notícias, 2023b).

Além disso, organizações internacionais de âmbito regional fizeram um apelo pela resolução pacífica da disputa. A Comunidade do Caribe (CARICOM), da qual a Guiana é

membro, manifestou preocupação com a escalada do conflito, criticando os planos da Venezuela de realizar eleições no território contestado — ação considerada uma violação do direito internacional (Singer, 2025). A Organização dos Estados Americanos (OEA) e os Estados Unidos também expressaram apoio à Guiana, condenando as ações venezuelanas e pedindo o fim de manobras agressivas que possam comprometer a estabilidade regional (BBC, 2023d).

Nesse contexto, destaca-se a atuação dos Estados Unidos e seu posicionamento favorável à Guiana. A simples participação da potência já implica em um poder de dissuasão⁷, pois reduz $p(B)$ — a probabilidade de sucesso da ofensiva venezuelana — e possivelmente eleva $p(C)$, ao sinalizar as consequências de uma escalada. Essa presença se alinha ao interesse estratégico dos EUA em preservar a estabilidade dentro de sua esfera de influência regional: as Américas. O primeiro gesto concreto nesse sentido ocorreu ainda em 2023, com a realização de exercícios militares conjuntos com a Força Aérea da Guiana, incluindo sobrevoos dentro do país (BBC, 2023d).

Embora justificadas como atividades rotineiras de cooperação regional, tais manobras representaram um claro sinal de apoio diante das ameaças venezuelanas. Além do gesto militar, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, contatou o presidente guianês Irfaan Ali, reafirmando o “apoio inabalável” dos Estados Unidos à soberania da Guiana. A iniciativa diplomática reforçou a oposição americana a qualquer tentativa de alteração forçada das fronteiras, deixando claro que mudanças territoriais devem ocorrer apenas por vias legais, como negociações diplomáticas ou decisões judiciais internacionais (BBC, 2023d).

Um contrapeso favorável à Venezuela são suas relações com China e Rússia, com mais destaque ao último ator. Com um alinhamento político e ideológico a esses dois países, a Crise de Essequibo entra em um nível sistêmico das relações entre Estados, sendo apenas uma “peça” de um jogo muito maior, como o caso da Guerra da Coreia, no período da Guerra Fria. Entretanto, Pequim mantém relações amigáveis tanto com a Guiana, quanto com a Venezuela e, até então, não se posicionou de forma clara, buscando um equilíbrio nas relações. A Rússia, por outro lado, tem sido um dos principais aliados da Venezuela, fornecendo armamentos e suporte político ao governo de Nicolás Maduro.

Moscou não fez declarações diretas sobre a Crise do Essequibo, mas seu histórico de apoio ao regime venezuelano indica que poderia agir indiretamente para fortalecer Caracas,

⁷ Para uma análise profunda da influência estrutural dos EUA sobre a ordem regional latino-americana — inclusive em termos de normatividade, segurança e estabilidade — ver: HURRELL, Andrew. A ordem liberal e seus descontentes na América Latina. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 63, n. 1, e008, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/DMd6Cj6qYZrnHdMTN97TCpm/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

especialmente em um cenário de tensão crescente com o Ocidente. No início da crise, a visita planejada de Nicolás Maduro a Moscou, embora adiada, gerou preocupação no governo brasileiro, que temia que a América do Sul se tornasse mais um palco da rivalidade entre Washington e Moscou (Moni, 2023).

Além disso, em uma recente conversa telefônica, Vladimir Putin reafirmou seu apoio à Venezuela, defendendo uma solução diplomática para a disputa e condenando sanções e interferências externas — posicionamento alinhado ao discurso venezuelano. Essa aproximação reflete tal aliança geopolítica entre Caracas e Moscou, intensificada pelo contexto da guerra na Ucrânia. A Venezuela tem sido uma forte crítica ao envio de armas ocidentais a Kiev e reforça sua oposição às sanções contra a Rússia, consolidando um eixo de cooperação que fortalece a posição venezuelana na disputa por Essequibo (Moni, 2023).

6. Conclusão

Em conclusão, após perpassar por todos os pontos deste artigo, é possível responder algumas perguntas e traçar projeções para o futuro desse conflito. A primeira, e talvez a mais importante questão, é se a Crise de Essequibo pode evoluir para uma guerra. Com base na aplicação da Teoria da Dissuasão Racional, os riscos de um confronto armado direto são considerados baixos. A verdade é que os obstáculos para a anexação de Essequibo são muitos e tangem tanto um plano de pressão internacional quanto de dissuasão militar por parte de diversos atores, inclusive o Brasil. Como observado nas análises sobre as motivações venezuelanas, percebe-se que essa ameaça de invasão está muito mais relacionada a uma estratégia política de Nicolás Maduro do que, de fato, a uma preparação concreta para a guerra. Nesse sentido, ainda que não seja possível descartar totalmente a possibilidade de conflito, as condições analisadas indicam que a tendência, ao menos no curto prazo, é de contenção.

Considerando o cálculo estratégico, há uma dificuldade de mobilização de tropas devido à própria geografia da região, mas também se observa um movimento de oposição tanto por parte de potências aliadas à Guiana, como os Estados Unidos e a Inglaterra, quanto de países neutros, como o Brasil, que buscam evitar as consequências indiretas de uma guerra no continente. Além disso, a ausência de um apoio claro por parte dos principais aliados da Venezuela — Rússia e China — torna qualquer movimento militar de anexação um ato de alto risco; ademais, esse conflito ocorre nas Américas, zona de influência dos Estados Unidos, o que reduz ainda mais o apelo desses aliados. Portanto, a combinação de todos esses fatores faz com que a probabilidade de custos para a Venezuela seja significativamente maior do que a

probabilidade de benefícios, tornando a ação militar uma escolha irracional do ponto de vista estratégico.

A segunda questão diz respeito ao papel do Brasil nesse contexto. Como visto, houve movimentações de tropas e exercícios militares na região de fronteira, configurando um ato claro de dissuasão por parte do país. Entretanto, a dissuasão militar se limitou a esse movimento pontual, uma vez que as demais ações brasileiras seguiram predominantemente por vias diplomáticas e institucionais, em defesa da paz regional. Ainda assim, é visível que os esforços de pressão internacional e mediação iniciados pelo Brasil não foram suficientes para reduzir a tensão — que persiste até o ano de 2025. Nesse sentido, uma análise da posição brasileira dentro da dinâmica de segurança regional permite observar não apenas a limitação de sua atuação na resolução da crise, mas também a perda de sua influência e centralidade no sistema sul-americano, tanto em termos de poder material quanto em capacidade de articulação cooperativa.

Do ponto de vista realista, as movimentações de tropas são os únicos indícios concretos de ação do Brasil voltados à dissuasão do conflito. Essa atuação, isoladamente, não é suficiente para constranger a Venezuela, uma vez que o simples fato da crise existir já sinaliza uma perda relativa de poder e credibilidade do Brasil no continente. Ainda assim, houve tentativas de mediação diplomática, papel mais condizente com a tradição brasileira. No entanto, essas iniciativas tampouco produziram efeitos, evidenciando que, no cálculo estratégico de custos, a presença do Brasil importa, mas não é suficiente para conter o avanço de conflitos como este na região.

Na realidade, o fato de o litígio entre Guiana e Venezuela ainda não ter evoluído para uma guerra está diretamente relacionado à sobreposição de fatores e atores — desde os objetivos políticos domésticos de Maduro, à geografia da região, até a presença ativa de outras potências dispostas a impor custos ao agressor. Ou seja, não se trata apenas das pressões ou movimentações brasileiras. A crise, ainda que distante de um desfecho militar, revela importantes dinâmicas de poder na América do Sul e reposiciona o Brasil dentro desse tabuleiro. A *tese do hibridismo da segurança latino-americana* ajuda a compreender essa configuração ao sugerir que há uma tensão permanente entre duas lógicas distintas: de um lado, a balança de poder, que se manifesta em estratégias como a dissuasão e o reposicionamento militar; de outro, os esforços — ainda que frágeis — de institucionalização de uma comunidade de segurança regional.

Tal dualidade se expressa nas iniciativas diplomáticas lideradas pelo Brasil em dezembro de 2023, mas também no fracasso dessas mesmas tentativas e na necessidade

subsequente de recorrer à dissuasão. Mais do que isso, a crise atual escancara a perda de influência brasileira como liderança regional, corroborando a análise de Mendes e Rezende (2020). Isso porque, em contextos de “unipolaridade” brasileira, observava-se maior propensão à cooperação e à estabilidade regional; porém, diante da transição para uma multipolaridade desequilibrada, o que se vê é o enfraquecimento dessas pautas e o aumento da instabilidade no sistema sul-americano de segurança.

7. Referências Bibliográficas

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

AGÊNCIA BRASIL. Reino Unido enviará navio para Guiana em meio à tensão com Venezuela. 28 dez. 2023. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/reino-unido-enviara-navio-para-guiana-em-meio-tensao-com-venezuela>. Acesso em: 7 abr. 2025.

AGÊNCIA O GLOBO. Para invadir a Guiana por terra, Venezuela teria que passar pelo território brasileiro; entenda. Exame, 5 dez. 2023. Disponível em:
<https://exame.com/mundo/para-invadir-a-guiana-por-terra-venezuela-teria-que-passar-pelo-territorio-brasileiro-entenda/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

ANDRADE, Matheus de Gouvea. **O peso do Brasil na mediação entre a Venezuela e a Guiana**. 2023. Disponível em:
<https://www.dw.com/pt-br/o-peso-do-brasil-na-media%C3%A7%C3%A3o-entre-a-venezuela-e-a-guiana/a-67719234>. Acesso em 10 fev. 2025.

ASAMBLEA NACIONAL. CNE aprueba por unanimidad cinco preguntas para referendo consultivo. Disponível em:
<https://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/cne-aprueba-por-unanimidad-cinco-preguntas-para-referendo-consultivo>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BBC. Venezuela e Guiana: o que está por trás da disputa pelo Essequibo. BBC News Brasil, 2023a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1v2wpqk797o>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BBC. Essequibo: como o conflito por território reivindicado pela Venezuela é visto na Guiana. BBC News Brasil, 2023b. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/clmefd7e90ko>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BBC. O navio de guerra que o Reino Unido está enviando para Guiana. BBC News Brasil, 2023c. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ck743m1jmzpo>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BBC. De exercício militar dos EUA à tentativa de mediação do Brasil: entenda a escalada da crise de Essequibo em 6 pontos. BBC News, 2023d. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1v2wpqk797o>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BBC. 2024. **Venezuela vai invadir Essequibo? O que acontece agora em território disputado na Guiana.** BBC News, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg3yrndmjro>. Acesso em 1 jan. 2025.

CAMARGO, Gilson. **Nicolás Maduro reeleito com 51,2% dos votos. Oposição alega fraude.** Extra Classe, 2024. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2024/07/nicolas-maduro-reeleito-com-512-dos-votos-o-posicao-alega-fraude/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. **Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história.** BBC News Brasil, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasil mostra preocupação com o aumento da tensão em Essequibo: apesar dos esforços brasileiros para evitar que disputa entre venezuela e guiana termine em conflito, Reino Unido e Estados Unidos deslocam forças para a região.** Correio Braziliense, dez. 2023. Disponível em: <https://www.correobraziliense.com.br/politica/2023/12/6777561-brasil-mostra-preocupacao-com-o-aumento-da-tensao-em-essequibo.html>. Acesso em: 3 mar. 2024.

DIÁLOGO. **Parceria militar entre Rússia e Venezuela: uma ameaça à América Latina.** Diálogo das Américas, 2023. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/articles/russia-venezuela-military-partnership-a-threat-to-latin-america>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CNN BRASIL. **Entenda a riqueza de Essequibo e como ela contribuiu para o crescimento da Guiana.** CNN Brasil, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-riqueza-de-essequibo-e-como-ela-contribuiu-para-o-crescimento-da-guiana/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Entenda a disputa territorial entre Venezuela e Guiana: venezuelanos reivindicam 75% do território guianês.** 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/entenda-disputa-territorial-entre-venezuela-e-guiana>. Acesso em: 10 fev. 2025.

EXAME. **EUA reconhecem Edmundo González como presidente legítimo da Venezuela.** Exame, 2025. Disponível em: <https://exame.com/mundo/eua-reconhece-edmundo-gonzalez-como-presidente-legitimo-da-venezuela/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos Jogos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, cap. I; DIXIT, Avinash; SKEATH, Susan. **Games of Strategy.** London: W. W. Norton & Company, 1999, Part I, cap. 1

GLOBAL FIREPOWER. **2022 Military Strength Ranking.** 2022. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>. Acesso em: 26 fev. 2025.

GUIMARÃES, Thayz; SCATOLINI, Amanda. **Para invadir a Guiana por terra, Venezuela teria que passar pelo território brasileiro; entenda.** O Globo, 05 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/12/05/para-invadir-a-guiana-por-terra-venezuela-teria-passar-pelo-territorio-brasileiro-entenda.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2025.

HERZ, John H. **Idealist Internationalism and the Security Dilemma.** World Politics 2, no. 2: 157–80, 1950.

HUTH, Paul K. **Deterrence and International Conflict: Empirical Findings and Theoretical Debates**. *Political Science Department and Institute for Social Research, University of Michigan, Ann Arbor. Michigan 48106*, 1999.

HURRELL, Andrew. **A ordem liberal e seus descontentes na América Latina**. *Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 63, n. 1, e008, 2020*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/DMd6Cj6qYZrnHdMTN97TCpm/>. Acesso em: 7 abr. 2025

LAFUENTE, Javier. 2017. **Isolamento global da Venezuela aumenta depois da Constituinte**. *El País, 31 jul.* Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/31/internacional/1501522342_637988.html. Acesso em: 22 fev. 2025.

LPM NEWS. **Estados Unidos aumentam ajuda militar à Guiana em meio a tensões territoriais com a Venezuela**. 2024. Disponível em: <https://lpmnews.com/estados-unidos-aumentam-ajuda-militar-a-guiana-em-meio-a-tensoes-territoriais-com-a-venezuela>. Acesso em: 07 abr. 2025.

LUCKEZE, Lucas. **G7 pede democracia na Venezuela e condena invasão à Guiana**. *Folha de Boa Vista*, 2023. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/crise-venezuela-guiana/g7-pede-democracia-na-venezuela-e-condena-invasao-a-guiana/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MALAMUD, Andrés. **A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy**. *Latin American Politics and Society 55, no. 3: 2011, p. 1–24*.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Powers Politics**. New York: Norton & Company, 2001

MENDES, Flávio Pedroso; REZENDE Lucas P.. **O dilema da segurança como realidade fundamental da política internacional: debate teórico e implicações para a América do Sul**. *Rev. Bras. Est. Def. v. 7, n° 1, jan./jun. 2020*, p. 13-42.

MENDES, Flávio Pedroso; RAPOSO, Victória Maria Pessoa. **Dissuasão e guerra na Península Coreana: hipóteses racionalistas**. [No prelo].

METRÓPOLES. **Arte colorida sobre o Mapa da disputa entre Venezuela e Guiana**. 2023. Disponível em: [https://www.metropoles.com/brasil/crise-na-guiana-brasil-reforça-a-fronteira-com-a-venezuel](https://www.metropoles.com/brasil/crise-na-guiana-brasil-reforça-a-fronteira-com-a-venezuela)a. Acesso em: fev. 2025.

MONI, Serguei. **Venezuela e Guiana: qual o interesse da Rússia na disputa por Essequibo?** *Brasil de Fato, 23 dez. 2023*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/23/venezuela-e-guiana-qual-o-interesse-da-russia-na-disputa-por-essequibo/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MONTOYA, Luis Eduardo. **Suramérica Como Región De Paz: El Caso Del Diferendo Entre Venezuela Y Guyana Por La Zona Del Esequibo**. Orientador: Dr. Francisco Corigliano. 138 p. Trabajo De Posgrado (Maestría En Relaciones Y Negociaciones Internacionales Ciclo 2011/2012) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/Argentina) y Universidad de San Andrés en cooperación con la Universidad de Barcelona, Buenos Aires, 2013.

MORGENTHAU, Hans J. 2003. **A Política entre as Nações**: A Luta pelo Poder e pela Paz. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.

REZENDE, Lucas P. 2014. **Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa na Unipolaridade**. Contexto Internacional 36, no. 2 (Julho/Dezembro).

O GLOBO. **Venezuela promulga lei para criação do estado da Guiana Essequiba, região rica em petróleo disputada com a Guiana**. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/04/venezuela-promulga-lei-para-criacao-do-estado-da-guiana-essequiba-regiao-rica-em-petroleo-disputada-com-a-guiana.ghtml?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 fev. 2025.

PAPE, Robert. **Bombing to Win: Air Power and Coercion in War**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

PINTO, Danielle Jacon Ayres. **Mediação de conflitos internacionais e a inserção política mundial do Brasil**. Dissertação – Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2009.

PODER360. 2023a. **Venezuela tem arsenal militar superior ao da Guiana: distribuição de equipamentos por países**. Poder360, Brasília, 03 dez. 2023a. Infográfico. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/venezuela-tem-36-vezes-mais-militares-na-atividade-que-da-guiana/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

POLETTO, Ricardo dos Santos. **Vinte anos da Ata de Brasília: o papel da diplomacia presidencial na resolução do conflito entre Equador e Peru**. Revista de Estudos Internacionais, v. 12, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/download/1497/1399/5836>. Acesso em: 06 abr. 2025.

REZENDE, Lucas P. 2014. **Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa na Unipolaridade**. Contexto Internacional 36, no. 2 (Julho/Dezembro): 519–48

REZENDE, Lucas P. 2015. **Sobe e Desce. Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

RIBEIRO, Jeancezar Ditz de Souza. **A UNASUL como bloco de integração regional**. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 3., 2011. Anais [...]. Disponível em: https://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Integracao_Regional/IR%208_Jeancezar%20Ditz%20de%20Souza%20Ribeiro%20A%20UNASUL%20COMO%20BLOCO%20DE%20INTEGRA+%E7+%E2O%20REGIONAL.pdf. Acesso em: 06 abr. 2025.

SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unesp, 2018. Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788595463004,dicionario-de-seguranca-e-defesa>.

SCHELLING T. **Strategy of Conflict**. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press, 1960.

SINGER, Florantonio. **La presencia de un barco en aguas por delimitar revive la tensión entre Venezuela y Guyana: “Alí es el Zelenski del Caribe”**. El País, 2 mar. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-03-02/la-presencia-de-un-barco-en-aguas-por-delimitar-reviv>

e-la-tension-entre-venezuela-y-guyana-ali-es-el-zelenski-del-caribe.html. Acesso em: 24 mar. 2025.

SWISSINFO. Venezuela e Rússia assinam acordos de 'inteligência' contra 'espionagem'. 17 fev. 2022. Disponível em:

<https://www.swissinfo.ch/por/venezuela-e-r%C3%A9ssia-assinam-acordos-de-%27intelig%C3%A7%C3%A3o%27-contra-%27espionagem%27/88034177>. Acesso em: 07 abr. 2025.

TARINGA. Conflictos territoriales actuales en América Latina. 2016.

<http://www.taringa.net/post/noticias/18438320/Conflictos-territoriales-actuales-enAmerica-La-tina.html>. Acesso em Jan, 2025.

TEIXEIRA, Eduardo. Venezuela tem 36 vezes mais militares na ativa do que a Guiana. Poder360, 2024. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/internacional/venezuela-tem-36-vezes-mais-militares-na-ativa-do-que-da-guiana/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

TERRA. O peso do Brasil na mediação entre a Venezuela e a Guiana. Biblioteca do Cidadão, 14 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/o-peso-do-brasil-na-mediacao-entre-a-venezuela-e-a-guiana,38dcba12c46d2a64d9863976381a0078lp9udsi6.html>. Acesso em: 13 dez. 2024.

UOL. Países da América do Sul pedem à Guiana e Venezuela uma solução pacífica sobre Essequibo. UOL Notícias, 7 dez. 2023a. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/12/07/paises-da-america-do-sul-pedem-a-guiana-e-venezuela-uma-solucao-pacifica-sobre-essequibo-comunicado.htm>. Acesso em: 24 mar. 2025.

UOL. Reino Unido reafirma apoio à Guiana em disputa com Venezuela. 18 dez. 2023b.

Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/12/18/reino-unido-reafirma-apoio-a-guiana-em-disputa-com-venezuela.htm>. Acesso em: 07 abr. 2025

VALOR. Compare o poderio militar entre Venezuela e Guiana. Valor Econômico, 2023.

Disponível em:

<https://valor.globo.com/mundo/stories/2023/12/07/compare-o-poderio-militar-entre-venezuela-e-guiana.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2025.

THE GUARDIAN. 2025. Venezuela aprofunda-se na ditadura com Nicolás Maduro preste a estender seu governo de 12 anos. The Guardian, 9 jan. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2025/jan/09/venezuela-dictatorship-nicolas-maduro-democratic-leaders-boycott>. Acesso em: 22 fev. 2025.

VIGGIANO, Giuliana; CINZENTO, Victor. Venezuela tem poderio militar 50 vezes maior que o da Guiana e um dos exércitos mais bem equipados do continente. G1, 2023.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/05/venezuela-tem-poderio-militar-50-vezes-maior-que-o-da-guiana-e-um-dos-exercitos-mais-bem-equipados-do-continente-compare.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2025.

VILLA, Rafael Duarte. 2017. Security Community or Balance of Power? Hybrid Security Governance in Latin America. In Power Dynamics and Regional Security in Latin America,

edited by Marcial Suarez, Rafael Duarte Villa, and Brigitte Weiffen. London: Palgrave Macmillan.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WOHLFORTH, W. C. **The Stability of a Unipolar World**. International Security, v. 24, n. 1, 1999.